



Conselho Municipal de Educação
Águas Lindas de Goiás - GO



PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 003 CME, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021.

CERTIDÃO

Certifico que o presente ato foi publicado no **PLACARD** e é a expressão da verdade.

Águas Lindas de Goiás - GO

04 / 11 / 2021
A. S. S.

"Dispõe sobre Normas e parâmetros para Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás, e dá outras providências."

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, no uso das suas atribuições legais, conforme Art. 11; alíneas "a" "b", do Inciso I, do Art. 12, da Lei Municipal Nº 530/2006 e Inciso III e VIII, do Artigo 8º, da Lei Municipal Nº 531/2006, e com base nas determinações previstas na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96; com fundamento no disposto no Título VIII, Incisos III, IV e V, do Art. 208, e os § 1º e 2º, do Inciso II, do Art. 227, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Artigos 160 e 162, da Constituição Estadual; na Lei Federal Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e Lei Federal Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001; no Inciso III, do Art. 4º, nos Capítulos I, II e III, do Título V e Artigos 58 a 60, da Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no Decreto Federal N. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei Federal Nº 7.853/89 de 24 de outubro de 1989; nos Arts. 14, 76, 80, 81 e 82, da Lei Complementar Estadual N. 26/98; e com fundamento na Resolução CNE/CEB N. 02/2001, aprovada em 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, Resolução CNE/CEB Nº 4, de 02/10/2009, e CEE Nº 7, de 15/12/2006,

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar a Educação Especial oferecida no Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás;

CONSIDERANDO os princípios humanos, éticos, políticos e estéticos da educação para todos;

CONSIDERANDO a necessidade de ressignificação da Educação Especial contribuindo para uma educação mais justa, democrática, republicana e plural que atenda à diversidade dos alunos, buscando modos de inclusão social e educacional;

CONSIDERANDO que a Educação Especial é uma política pública que se baseia no paradigma da diversidade e da inclusão como busca de construção plena do sujeito cultural, histórico, político, social, estético e afetivo e deve se organizar para afirmar os valores éticos, estéticos e políticos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pela Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência (1975), pela Declaração de Salamanca (1994), pela Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência – Convenção da Guatemala (2001), pela

Declaração Internacional de Montreal sobre a inclusão (2001), e pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver, implementar e consolidar as políticas educacionais inclusivas no Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás, para a construção de uma escola para todos, sem discriminação ou segregação e amplo respeito às diferenças educacionais e à diversidade cultural que os alunos possam apresentar no processo educativo escolar; e

CONSIDERANDO a necessidade de levantamento da demanda real de atendimento de alunos com necessidades especiais de acordo com o censo escolar e o censo demográfico,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Art. 1º - A educação inclusiva é o processo social, pedagógico, cultural, filosófico, estético e político de ações educativas, pedagógicas e administrativas voltadas para a inclusão, o acesso, a permanência, participação e aprendizagem ao longo da vida, o sucesso e a terminalidade de todos os alunos na rede de ensino, especialmente àqueles com deficiência, com Transtornos Globais de Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação. Nestes casos e em outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação inclusiva atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

§1º - As escolas devem incluir todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, econômicas, culturais ou outras, e ainda, as pessoas com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento, com Altas Habilidades/Superdotação, em situação de risco e de rua, trabalhadores, de origem remota ou de população nômade, pessoas pertencentes a minorias linguísticas, étnico-raciais ou culturais, e pessoas empobrecidas, discriminadas ou marginalizadas.

§2º - De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

§3º - A inclusão escolar é um direito humano fundamental, que tem por objetivo mobilizar esforços financeiros, administrativos, educacionais e pedagógicos para capacitar



Conselho Municipal de Educação
Águas Lindas de Goiás - GO



todas as escolas ao atendimento de seus alunos em sua comunidade, especialmente, os excluídos das oportunidades educacionais;

§4º - A educação especial se insere no âmbito da educação inclusiva.

Seção II DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 2º - A educação especial é uma das modalidades da Educação Nacional que perpassa o sistema educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. É oferecida na educação básica do Sistema Municipal de Ensino como um conjunto de serviços e recursos especializados para complementar e/ou suplementar o processo de ensino aprendizagem aos alunos com necessidades educacionais especiais, permanentes ou transitórias, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação. A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas, de modo a garantir o desenvolvimento de suas potencialidades sociais, políticas, psicológicas, criativas e produtivas para a formação cidadã, necessárias para aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a aprender com o objetivo de prosseguir nos estudos e progredir no trabalho, respeitadas as características individuais e a igualdade de direitos entre todos os seres humanos.

3

Art. 3º - O atendimento educacional especializado proporcionado pela Educação Especial, direito público subjetivo, é assegurado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

§1º - O atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema Municipal de Ensino tem início na Educação Infantil e deve perpassar todas as modalidades do Ensino Fundamental I.

§2º - As mantenedoras, públicas, particulares, confessionais, comunitárias e filantrópicas jurisdicionadas ao Sistema Municipal de Ensino assegurarão um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para suplementar e complementar as ações pedagógicas comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento de todas as potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais.

§3º - O Sistema Municipal de Ensino por meio da Rede Pública Municipal e das escolas jurisdicionadas: particulares, confessionais, comunitárias e filantrópicas, devem garantir a matrícula de todos os alunos com necessidades educacionais especiais, cabendo às unidades escolares das diversas mantenedoras organizarem-se para o atendimento educacional especializado, assegurando-lhes as condições necessárias para uma educação cidadã.

§4º - O atendimento educacional especializado é o complemento ou suplemento escolar, diferenciado do ensino regular, para melhor atender as especificidades dos alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas



Conselho Municipal de Educação
Águas Lindas de Goiás - GO



habilidades/superdotação, abrangendo, principalmente, os instrumentos necessários à eliminação ou superação de barreiras físicas, arquitetônicas, sociais, psicológicas, curriculares e atitudinais, que possam impedir ou dificultar seu relacionamento com o ambiente externo.

§5º - O Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás adota como forma de linguagem, comunicação e expressão, dentre outras, a Língua Brasileira de Sinais, o Sistema braile, o uso dos recursos de informática, tecnologias assistivas, outras ferramentas e linguagens que propiciem a melhora do processo educativo para os alunos com necessidades educacionais especiais.

CAPÍTULO II DA REDE DE APOIO À INCLUSÃO

Art. 4º - A Rede Municipal de Apoio à Educação Inclusiva é composta de:

I – Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Educação Inclusiva;

II – Secretaria Municipal da Saúde;

III – Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV – Conselho Municipal de Educação;

V – Entidades de âmbito municipal não governamental que trabalhem com a diversidade e com as pessoas com deficiência;

VI – Entidades representativas dos professores públicos e particulares, dos agentes administrativos e da rede particular de ensino;

VII – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e da Igualdade Racial de Águas Lindas de Goiás; e

VIII – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Águas Lindas de Goiás – APAE.

§1º - A criação, a implementação e a execução da Rede Municipal de Apoio à Educação Inclusiva será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Departamento/Diretoria de Educação Inclusiva.

§2º - A Rede deverá ser composta por profissionais com competências diversificadas e agentes sociais orgânicos à comunidade.

Art. 5º - A Rede Municipal de Apoio à Inclusão tem como funções:

I - Ampliar a atenção integral à saúde dos alunos com necessidades educacionais especiais atendidos nas escolas regulares, e alunos acamados e hospitalizados;

II - sensibilizar a comunidade para o convívio com a diversidade social e as diferenças;

III – sugerir a ampliação das políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiência e às minorias sociais;

IV – sugerir a criação de redes com os profissionais de saúde e educação para apoiar a escola inclusiva;

V – assessorar a comunidade escolar na identificação dos recursos da saúde e da educação existentes na comunidade e orientar a otimização no uso desses recursos; e

VI – acompanhar o acesso e a permanência do aluno com deficiência na Rede Regular de Ensino.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 6º – A Unidade Escolar e/ou Centro Municipal de Educação Infantil garantirá, em seu projeto político pedagógico, o acesso e o atendimento a alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Art. 7º - A Unidade Escolar e/ou Centro Municipal de Educação Infantil ao construir e implementar seu projeto político pedagógico devem promover a adequação e a organização de classes comuns e implantar os serviços e o apoio pedagógico especializado.

Art. 8º - Para assegurar o atendimento educacional especializado, os estabelecimentos devem prever e prover:

I – acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes e viabilidade da adaptação da edificação já existente;

II – equipe técnico-pedagógica e professores habilitados ou especializados, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;

III – em casos que se mostrarem imprescindíveis após análise de equipe AEE/multiprofissional, será designado professor para apoio ao professor regente da sala mediante as necessidades apresentadas.

IV – monitor, mediante a necessidade do aluno, após análise de equipe AEE/multiprofissional;

V – apoio docente especializado, conforme estabelecido no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar obedecida a legislação pertinente;

VI – Atendimento Educacional Especializado;

VII – organização curricular, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentem necessidades

5

educacionais especiais, em consonância com o projeto político pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

VIII – projeto de enriquecimento curricular e de aceleração para alunos com Altas Habilidades/superdotação;

IX – oferta de educação bilíngue, Língua Portuguesa e Libras: sendo Libras como L1 e Língua portuguesa como L2 quando for o caso;

X – oferta do Sistema Braille.

Art 9º Para a inserção de uma criança com necessidades educacionais especiais na sala comum deverá considerar o limite máximo de:

§1º Três (03) alunos com necessidade de apoio leve (nível I), sendo garantida a presença de um monitor, tendo a turma o limite total de 25 alunos no Ensino Fundamental e 20 alunos na Educação Infantil.

§2º Dois (02) Alunos, sendo um aluno (nível II) com necessidade de apoio substancial e um (01) aluno com necessidade de apoio leve, devendo ser garantida a presença de um monitor e tendo o limite máximo de 25 alunos no Ensino Fundamental e 20 alunos na Educação Infantil.

§3º Um (01) Aluno com necessidade de apoio muito substancial (nível III), devendo ser garantida a presença de um monitor, e tendo a turma o limite máximo de 25 alunos no Ensino Fundamental e 20 alunos na Educação Infantil.

Parágrafo único. A avaliação do nível de suporte necessário ao aluno com NEE deverá ser emitida pela equipe do AEE/equipe multiprofissional, mediante a avaliação pedagógica especializada, relatórios escolares, relatórios de outros profissionais da área da saúde que acompanham o aluno e documentos norteadores do Departamento de Educação Inclusiva.

Art. 10 - As Unidades Escolares, por suas mantenedoras, podem firmar convênios e parcerias com o Município ou organizações não-governamentais, visando à melhoria do atendimento educacional especializado.

Art. 11 - O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do Ensino Fundamental I e Educação Infantil.

Art. 12 - As escolas da rede regular de ensino, públicas municipais e jurisdicionadas: particulares, confessionais, conveniadas e filantrópicas, devem prever e prover, na organização de suas classes comuns:

I – matrícula dos alunos com deficiências, com TGD e com Altas Habilidades/Superdotação nas várias turmas do ano, etapa ou ciclo escolar, respeitadas as normas do Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás, de modo que essas classes comuns se beneficiem da diversidade e das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos, dentro do princípio de educar na diversidade e para as diferenças em uma perspectiva inclusiva.

II – Professores capacitados para o atendimento à diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, de classe social e às necessidades educacionais especiais dos alunos.

III - Serviço de apoio pedagógico especializado, mediante:

- a) atuação de monitores capacitados para o atendimento, conforme avaliação realizada pela equipe AEE/multiprofissional;
- b) atuação de professores-intérpretes, de professores-instrutores ou intérpretes das diferenças linguísticas e códigos aplicáveis; disponibilização de outros recursos necessários à aprendizagem, à mobilidade, à comunicação e à acessibilidade; e
- c) Atendimento Educacional Especializado, oferecido no contra turno como complemento ou suplemento.

IV - Serviço de Atendimento Educacional Especializado realizado em salas de recursos e ou centros apoio a inclusão, mediante:

- a) a regência de professores especializados ou capacitados (itinerantes ou não), que realizem a complementação ou suplementação curricular; e
- b) a utilização de metodologias, procedimentos, equipamentos e materiais específicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos.

V - Serviços de apoio pedagógico especializado, mediante, a atuação de professores do Atendimento Educacional Especializado, capacitados ou especializados, que subsidiem e orientem a atividade pedagógica de unidades escolares, incluindo os professores regentes, professores para apoio, monitores, os intérpretes, os profissionais de Educação Física e os professores que atuam em centro de apoio a inclusão e salas de recursos multifuncionais:

- a) atuação de intérprete e professor para Libras;
- b) atuação de equipe multiprofissional: psicólogo escolar, fonoaudiólogo educacional e assistente social, orientador educacional, psicopedagogo neuropsicopedagogo, profissionais de Educação física, terapeuta ocupacional; e
- c) atuação do monitor, caso necessário.

VI Currículo escolar adequado/flexibilizado que considere em seu conjunto as características de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, com TGD e com Altas Habilidades/Superdotação para ressignificar a prática pedagógica da escola e do professor no respeito às diferenças individuais e à diversidade.

VII – Temporalidade flexível do ano letivo, para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, de forma que possam concluir em tempo maior ou menor, o currículo previsto, procurando-se promover melhor aproveitamento pedagógico e evitar grande defasagem idade/série.

VIII – Sustentabilidade do processo inclusivo, mediante a aprendizagem compartilhada em sala de aula, trabalhos de equipe, rede de apoio, com a participação da sociedade civil organizada, da família, no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade.



Conselho Municipal de Educação
Águas Lindas de Goiás - GO



PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO

§1º - Em casos imprescindíveis sob a recomendação e orientação da equipe multiprofissional do Departamento de Educação Inclusiva, o professor para apoio das escolas e/ou monitor em processo de inclusão deve atuar em sala de aula, auxiliando o professor regente em todo o trabalho pedagógico e disciplinar desenvolvido em sala de aula, atendendo alunos com necessidades educacionais especiais, que necessitem de apoios ou serviços intensos e contínuos para o acompanhamento das atividades curriculares

§2º - O professor para apoio das escolas inclusivas deve atuar de forma integrada com o professor regente, sendo o professor regente responsável pelo planejamento e direcionamento do processo pedagógico da sala de aula a qual está lotado, juntamente com o professor do Atendimento Educacional Especializado, participando ativamente do planejamento e de todas as atividades desenvolvidas nas séries de sua atuação.

§3º - O professor-intérprete deve possuir domínio da Libras, cursos de formação na área, conhecer os processos de ensino aprendizagem do aluno surdo, compreender as implicações da surdez e as necessidades educacionais específicas da pessoa surda, entender a diversidade linguística e cultural dos surdos e interpretar o conteúdo exposto pelo professor.

§4º - O professor de Libras deve possuir preferencialmente domínio da Língua de Sinais como primeira língua, noções didático-pedagógicas e formação em ensino da Libras para trabalhar diretamente com alunos, famílias e profissionais da escola.

§5º - O professor especialista no trabalho com cegos deve possuir domínio do Código Braille. Devendo também ter conhecimento didático pedagógico para trabalhar diretamente com alunos, famílias e profissionais da escola.

§6º - As Salas de Recursos Multifuncionais se destinam a alunos com Deficiências, TGD e Altas Habilidades/Superdotação incluídos em classes comuns.

Art. 13 - O Sistema Municipal de Ensino poderá firmar parcerias e convênios com os Centros Especializados para apoio à inclusão Públicos ou privados, buscando:

I – Atendimento Educacional Especializado para alunos em serviços de apoio escolar, de avaliação, reabilitação e estimulação precoce, visando ao acesso, independente das características físicas, intelectuais, sociais e culturais dos alunos;

II – Atendimento Educacional Especializado para alunos maiores de 14 anos matriculados no Ensino Fundamental I, Educação de Jovens e Adultos;

III – Serviços de orientação às escolas de ensino regular na área de Educação Especial, em cursos de aperfeiçoamento profissional, em Libras, em Braille, em Altas Habilidades/Superdotação e outros meios aplicáveis ao ensino de alunos com necessidades educacionais especiais.

IV – Atendimento na área de saúde, programas de apoio familiar e outras áreas de interface;



Conselho Municipal de Educação
Águas Lindas de Goiás - GO



CAPÍTULO IV DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Art. 14 - São considerados alunos com necessidades educacionais especiais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente, aqueles que apresentarem:

I – atrasos no processo de neurodesenvolvimento e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem nas atividades curriculares, compreendidas como:

- a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica (fator etiológico das situações do contexto social e cultural que conduzem a um empobrecimento cognitivo e que acarretam o surgimento de quadros de dificuldades no acompanhamento do currículo escolar);
- b) aquelas decorrentes de síndromes neurológicas, transtornos psiquiátricos e de inibições psicológicas graves.

II - aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

- a) dificuldades de comunicação e sinalização, diferenciadas dos demais alunos, particularmente dos que sejam acometidos de surdez, de cegueira, de baixa visão, de surdo-cegueira ou de distúrbios acentuados de linguagem e paralisia cerebral, para os quais devem ser adotadas formas diferenciadas de ensino e adaptações curriculares, com utilização de linguagem e códigos aplicáveis, nos termos da presente Resolução;
- b) Altas Habilidades/Superdotação, grande facilidade de aprendizagem, que os levem a dominar rapidamente as competências constituídas pela articulação de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores.
- c) deficiência intelectual e múltipla.

CAPÍTULO V DA IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Art. 15 - O estabelecimento de ensino ao receber o aluno com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) ou com Altas Habilidades/Superdotação deve requerer avaliação circunstanciada da equipe AEE, devidamente endossada por profissionais de áreas especializadas, circunstanciando os limites e potencialidades do mesmo no contexto escolar, para a identificação de suas necessidades educacionais especiais com o objetivo de buscar e propiciar apoio e recursos necessários à aprendizagem:

I – A avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais deve partir sempre da funcionalidade e das potencialidades do aluno.

II - A avaliação deve ser realizada por profissionais de equipe multiprofissional – pedagogo, psicólogo, psiquiatra infantil, assistente social, orientador educacional, psicopedagogo e ou neuropsicopedagogo, fonoaudiólogo e neuropediatra em caso necessários - e na ausência desses, pelo professor de atendimento educacional especializado, com o respaldo da equipe técnico-pedagógica;

III – O encaminhamento de alunos para o Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais ou ainda em centros de apoio à inclusão, pode ocorrer, desde que motivado e justificado, como complemento ou como suplemento do processo educativo.

IV – Segundo a política nacional, sendo o aluno público-alvo da educação especial, tem direito ao atendimento educacional especializado, justificado e motivado, porém a critério de escolha dos responsáveis. Este será acompanhado pelo professor do AEE, caso o tenha na Unidade Escolar, ou na Unidade mais próxima, a fim de ter o atendimento específico a sua necessidade.

Art. 16 - O aluno que por sua condição, necessitar de um período de preparação para inclusão na sala de aula comum, deverá receber esse atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais ou, quando indicado pela equipe Multiprofissional do Departamento de Educação Inclusiva, em um centro de apoio à inclusão, com vistas à futura inclusão em sala comum.

Art. 17 - Os procedimentos para classificação, reclassificação e aproveitamento de estudos, previstos nas normas que regem o Sistema Municipal de Ensino aplicam-se aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Art. 18 - As escolas deverão manter arquivo com a documentação que comprove a necessidade do educando relatório e o plano Individualizado de Educação (PIE) do aluno, para garantia da regularidade de sua vida escolar e controle pelo sistema de ensino.

... É competência do professor em regência de turma realizar o Plano Individualizado de Educação (PIE) do aluno com necessidades educacionais especiais que justifique a Adequação/Flexibilização curricular, recebendo no processo suporte da equipe do AEE.

Art. 19 - Ao aluno que apresentar característica de Altas Habilidades/ Superdotação, por meio de avaliação, realizada por equipe especializada do Departamento de Educação Inclusiva, mediante assessoria de Apoio para Altas Habilidades/ Superdotação deve ser oferecido o enriquecimento curricular no ensino regular e a possibilidade de aceleração ou avanço de estudos para concluir em menor tempo o programa escolar, utilizando-se dos procedimentos de classificação e de reclassificação compatíveis com o seu desempenho escolar e maturidade sócio emocional, mediante parecer do Conselho de Classe devidamente atestado por profissional da Psicologia.

PARÁGRAFO ÚNICO. De acordo com a Lei 13.234, de 29 de dezembro 2015, que altera a Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), dispõe sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação

básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação, sendo assim compete ao município viabilizar meios para a efetivação desse cadastro.

CAPÍTULO VI DA ACESSIBILIDADE

Art. 20 - O Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás, nos termos das Leis Federais N. 10.098/2000 e N.10.172/2001, devem assegurar acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como das barreiras nas comunicações e atitudinais, provendo as unidades escolares dos recursos humanos e materiais necessários.

§1º - Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das unidades escolares existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos pelas normas da legislação em vigor.

§2º - Deve ser assegurado, no processo educativo dos alunos que apresentem necessidades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis e tecnologias assistivas, como o sistema braile, a língua de sinais e sistema operacional próprio, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

§3º - Deve ser assegurado, no processo educativo dos alunos com Deficiência, TGD e Altas Habilidades/Superdotação, acentuada, acessibilidade referente ao apoio pedagógico especializado individualizado, metodologias e materiais didáticos pedagógicos adequados às necessidades de cada aluno.

CAPÍTULO VII DO ATENDIMENTO EM AMBIENTE DOMICILIAR OU HOSPITALAR

Art. 21 - O Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás, representado pela Secretaria Municipal de Educação, mediante ação integrada com os sistemas de saúde e de assistência social, deve organizar o atendimento educacional especializado aos alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

§1º - O atendimento educacional em ambiente domiciliar e/ou hospitalar deve dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de

aprendizagem de alunos matriculados em escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, visando ao seu retorno e reintegração ao grupo escolar.

§2º - Nos casos de que trata este artigo, a certificação de frequência deve ser realizada com base em relatório elaborado pelo professor.

CAPÍTULO VIII DOS SERVIÇOS E APOIOS ESPECIALIZADOS

Art. 22 - São considerados serviços e apoios pedagógicos especializados os de caráter educacional diversificados dos ofertados pela escola regular, pública ou particular, para atender às necessidades educacionais especiais do aluno.

Art. 23 - Para a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais deverão ser previstos e providos pela mantenedora, pública ou particular, quando necessário e de acordo com a legislação pertinente, os serviços de apoio por:

- I – Professor com especialização em educação especial ou capacitado em serviço;
- II – Professor-intérprete;
- III – Professor de Atendimento Educacional Especializado;
- IV – professor de Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- V – professor de Braille;
- VI – Monitor, quando a deficiência verificada exigir;
- VII – Recursos técnicos, tecnológicos, físicos e materiais específicos;
- VIII – Salas de Recursos Multifuncionais;
- IX – Centro de Apoio à Inclusão;
- X- Profissional de Educação física.

12

CAPÍTULO IX DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Art. 24 - A organização do Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino deve tomar como base as normas e diretrizes curriculares nacionais, estaduais e municipais, atendendo ao princípio da adequação.

§1º - As unidades escolares devem garantir no seu projeto adequação curricular e o atendimento pedagógico, para atender às necessidades educacionais especiais de seus alunos.

§2º Em casos de alunos com necessidades especiais que necessitem de apoio e serviço intenso e contínuo ou nos casos de deficiência múltipla, o estabelecimento

de ensino deve prever adaptações significativas, proporcionando diversificação curricular, objetivando desenvolver as habilidades adaptativas.

Art. 25 - O Projeto Político Pedagógico deve ser constituído pelos seguintes elementos, conforme legislação vigente:

- I – explicitação da organização da entidade escolar;
- II – filosofia e princípios políticos, didáticos e pedagógicos do estabelecimento;
- III – conteúdos, propostas e respectivos encaminhamentos metodológicos;
- IV – atividades escolares e ações didático-pedagógicas;
- V – matriz curricular por área de conhecimento de acordo com as diretrizes do Sistema Educativo;
- VI – processos de avaliação e promoção, classificação, reclassificação, terminalidade, conforme opção do estabelecimento;
- VII – regimento escolar;
- VIII – condições físicas e materiais;
- IX – calendário escolar;
- X – relação de corpo docente, equipe técnico-pedagógica e direção habilitada em pedagogia.

13

§1º Esses elementos são indispensáveis para a educação inclusiva nas escolas regulares públicas, particulares e filantrópicas do Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás.

§2º Cabe à Secretaria Municipal de Educação orientar e acompanhar a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico, verificando sua legalidade, respeitando a autonomia didático-pedagógica do estabelecimento de ensino.

CAPÍTULO X

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL

Art. 26 - O estabelecimento de ensino que atende a alunos com necessidades educacionais especiais deve integrar na sua equipe técnico-pedagógica, no mínimo, um profissional habilitado ou especializado na modalidade de educação especial.

Art. 27 - Ao professor de sala comum, a mantenedora deve assegurar formação continuada e orientação do Departamento de Educação inclusiva , para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais e para a diversidade.

Art. 28 - Os professores dos estabelecimentos de ensino que ofertam serviços e apoios pedagógicos especializados devem apresentar comprovante de especialização, na modalidade de educação especial e certificação de formação continuada de no mínimo 360 horas anuais.

Art. 29 - A direção, equipe técnico-pedagógica e professores dos estabelecimentos de ensino que atendem exclusivamente alunos com necessidades educacionais especiais devem comprovar especialização na modalidade de educação especial ou formação em serviço e avaliação de perfil pela equipe multiprofissional do Departamento de educação inclusiva

Art. 30 - São atribuições do professor da Sala de Recursos Multifuncionais:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar em conjunto com o professor itinerante e gestor da unidade escolar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na Sala de Recursos Multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer juntamente com a equipe gestora parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar as tecnologias assistivas de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

IX - Oportunizar aos alunos a descoberta de suas potencialidades, desenvolvendo atividades que venham contribuir para o seu desenvolvimento acadêmico e social.

X- Articular juntamente com os gestores e professores para que o projeto pedagógico da instituição se organize coletivamente numa perspectiva inclusiva.

14

XI - Orientar na elaboração de materiais didáticos pedagógicos que serão utilizados pelos alunos nas classes regulares,

XII - Promover, juntamente com a equipe gestora encontros possibilitando orientações específicas sobre as metas e ações (metodologias, recursos pedagógicos adequados) para o alcance dos objetivos previstos no Projeto Político Pedagógico.

CAPÍTULO XI

DA HABILITAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 31 - Para atuar na docência da educação especial o profissional deve estar habilitado:

- I** - em cursos de licenciatura em pedagogia;
- II** - em curso de pós-graduação específico para educação especial e/ou;
- III** - em programas especiais de complementação pedagógica nos termos da legislação vigente e;
- IV** - formação continuada em serviço.
- V** - análise curricular, de perfil profissional incluindo avaliação psicológica e de perfil profissional por parte da equipe multiprofissional do Departamento de Educação inclusiva;

Art. 32 - Consideram-se professores para atuar em classes regulares, Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado, aqueles capacitados de forma continuada, integrada e concomitante com o trabalho docente, sem prejuízo do disposto no Art. 62 da Lei Federal N°. 9.394/96 e Art. 84, da Lei Complementar Estadual N°. 26/98.

§1º - São considerados professores capacitados para atuar em Salas de Recursos Multifuncionais com alunos com deficiências, TGD e Altas Habilidades/Superdotação aqueles que comprovem que, em sua formação superior, foram incluídos temas e conhecimentos sobre educação especial e diversidade adequada ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I** - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos, respeitar a diversidade e valorizar a educação inclusiva;
- II** - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento, de modo adequado à diversidade e às necessidades especiais de aprendizagem;
- III** - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento da diversidade e de necessidades educativas especiais;
- IV** - atuar em equipe, inclusive com professores das salas regulares; e
- V** - orientar o professor regente nas estratégias de flexibilização e adaptações curriculares, procedimentos didático-pedagógicos, práticas alternativas e processos

avaliativos adequados à diversidade e às necessidades educacionais especiais dos alunos.

§2º - Aos professores que já estão exercendo a docência, devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, por meio de cursos de capacitação.

§3º Aos professores que já estão exercendo suas funções de docência ou orientação pedagógica na área de Educação Especial e que não possuem cursos de especialização, será permitida sua permanência, considerando a participação em cursos de capacitação de formação continuada e formação em serviço:

I – a formação continuada e em serviço deverá ser oferecida sistematicamente; e

II – os cursos de que tratam este parágrafo ofertados pelo Município e ou/ ofertas na rede privada deverão ser aprovados pelo Conselho Municipal de Educação e Estadual e devem obedecer as diretrizes gerais de formação de professores para o Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás.

Art. 33 - A Rede Municipal de Apoio à Inclusão tem como funções:

I - ampliar a atenção integral à saúde do aluno atendido, paciente, usuário com necessidades especiais;

II - sensibilizar a comunidade para o convívio com a diversidade social e as diferenças;

III -sugerir a ampliação das políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiência e às minorias sociais;

IV – sugerir a criação de redes com os profissionais de saúde e educação para apoiar a escola inclusiva;

V – assessorar a comunidade escolar na identificação dos recursos da saúde e da educação existentes na comunidade e orientar a otimização no uso desses recursos; e

VI – acompanhar o acesso e a permanência do aluno com deficiência na Rede Regular de Ensino.

Art. 34 - A falta de atendimento educacional especializado, de acordo com os padrões mínimos de qualidade para a educação inclusiva e a ocorrência de irregularidade, de qualquer ordem, nos estabelecimentos de ensino do Sistema municipal de Ensino será objeto de diligência, sindicância e, se for o caso, de processo administrativo que vise a sua apuração.

16

Art. 35 - As normas e parâmetros para a Educação Especial, estabelecidos por esta Resolução aplicam-se às Instituições jurisdicionadas ao Sistema Municipal de Ensino de Águas Lindas de Goiás.

Art. 36 - A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial a Resolução Nº 036-CME, de 18 de março de 2010.

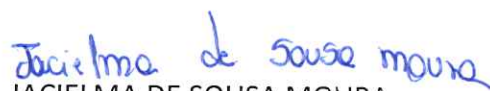
Plenário do Conselho Municipal de Educação de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um (04/11/2021),



MAURO PEDRO CORREA DOS SANTOS
Presidente



EDNALDO PAULO DE AZEVEDO
Conselheiro



JACIELMA DE SOUSA MOURA
Vice – Presidente

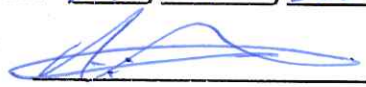


ROSANA COSTA MARTINS ALVES
Conselheira



EVANILDO ALVES DOURADO
Secretário

Homologada no CME em plenário
Em - 04 / 11 / 2021



Mauro Pedro Correa dos Santos
Presidente do CME
Biênio 2020/2022

17